7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI):
"Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"

12, 13 e 14 de dezembro de 2024
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS)

Área Temática: Raça e Antirracismos nas Relações Internacionais

CAPITALISMO E TRABALHO IMIGRANTE NO AGRONEGÓCIO CATARINENSE NO SÉCULO XXI[1]

Jonatan Carvalho de Borba[2]
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

O Estado brasileiro é um país que tem na origem de sua identidade nacional o mito da democracia racial, mas que há séculos tem estimulado, das formas mais diversas, o ingresso de imigrantes brancos dos países do Norte, ao mesmo tempo em que se demonstrou extremamente hostil aos corpos racializados como não-brancos de migrantes, sobretudo, do Sul. Este trabalho de pesquisa investiga a relação entre a migração Sul-Sul, o capitalismo racial e o agronegócio em Santa Catarina e tem como objetivo geral demonstrar os mecanismos pelos quais o agronegócio catarinense utiliza a racialização de imigrantes não brancas(os) para fins de precarização das relações de trabalho e maior extração de mais-valia. A pergunta norteadora busca elucidar: diante do contexto de capitalismo racial e da divisão internacional do trabalho, como o agronegócio catarinense instrumentaliza a migração Sul-Sul no seu processo de superexploração da força de trabalho e acumulação de capital?

Para abordar esta questão, a pesquisa adota uma abordagem multimetodológica. Primeiramente, realiza-se uma revisão bibliográfica crítica fundamentada em obras de autores decoloniais, marxistas e das epistemologias do Sul. Em seguida, procede-se à análise documental e legislativa, aliada à coleta de dados secundários de organizações como a OIM, ACNUR, OBMigra, Pastoral do Migrante e Defensoria Pública da União. Por fim, serão aplicados questionários com imigrantes que trabalham no agronegócio catarinense (especificamente, na parte final da cadeia produtiva, os frigoríficos), utilizando escalas validadas como a Escala de Precariedade do Emprego (EPRES) e o Índice de Estresse Relacionado à Raça (IRRS).

---

[1] Este trabalho é baseado na tese de doutorado do autor intitulada "Capitalismo e trabalhadoras(es) imigrantes no agronegócio catarinense no século XXI". Durante a pesquisa do doutorado o autor foi Bolsista do Programa UNIEDU/FUMDES - Pós-Graduação e, atualmente, é bolsista CNPq - Pós-Doutorado Júnior – PDJ.

[2] Pós-doutorando e doutor em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do AMÉFRICA-EIRENÈ e membro do Projeto de Extensão Núcleo de Apoio a pessoas Imigrantes e Refugiadas (NAIR/AMÉFRICA-EIRENÈ). E-mail: jonatan.borba@outlook.com.

Os resultados parciais apontam para a perpetuação de uma lógica de racialização das nacionalidades e xenofobia racializada nas políticas migratórias brasileiras, arraigada no mito da democracia racial e no ideal de embranquecimento da população, com origens que remontam ao período colonial. Esse contingente enfrenta grandes desafios de regularização migratória, acesso à saúde, acesso a empregos formais, moradia digna e rendimentos significativamente inferiores às médias estadual e nacional.

O agronegócio catarinense, especialmente o setor de frigoríficos, tem se configurado como um dos principais empregadores dessa força de trabalho imigrante racializada. Contudo, os indícios preliminares sugerem a existência de condições de trabalho precárias e indícios de superexploração, como longas jornadas e baixa remuneração. Esses resultados parciais corroboram a hipótese de que a racialização de imigrantes não brancos tem sido utilizada como estratégia de acumulação de capital no agronegócio catarinense, por meio da inclusão diferencial e da superexploração da força de trabalho.

Em suma, esta pesquisa busca contribuir para o entendimento das complexas intersecções entre migração, raça, trabalho e acumulação de capital no contexto do capitalismo racial contemporâneo, tendo o agronegócio catarinense como estudo de caso. Ao desvendar essas dinâmicas, espera-se lançar luz sobre as condições de vida e trabalho dos imigrantes racializados, bem como sobre os mecanismos de extração de mais-valia empregados pelo capital agroindustrial.

INTRODUÇÃO

O tema da migração internacional, particularmente no contexto Sul-Sul, tem se tornado um objeto central de estudos devido ao impacto econômico, social e político que gera nos países receptores. Em Santa Catarina, destaca-se o setor de frigoríficos, que atrai grande número de migrantes do Sul Global, especialmente da América Latina e África, e constitui um dos principais empregadores de mão de obra migrante no estado. Esse setor é representativo de uma dinâmica em que o capitalismo racial molda a inclusão desses grupos em condições de trabalho marcadas pela exploração e vulnerabilidade, evidenciando a racialização como mecanismo de segregação econômica e social.

Assim, tomando como ponto de partida a necessidade de analisar a migração e capitalismo a partir das categorias fundamentais de raça e racismo, adotaremos como teoria de base o **Capitalismo Racial** (Robinson, 2020) bem como as categorias analíticas de **racialização das nacionalidades (**Silva, 2021; Borba de Sá, 2021**)** e **xenofobia racializada** (Faustino; Oliveira, 2021)**, inclusão diferencial e fronteiras internas** (Mezzadra; Neilson, 2013) e **multiplicação do trabalho** (Mezzadra; Neilson, 2013). Todas essas categorias estão

relacionadas, direta ou indiretamente, com as categorias analíticas fundamentais de **“raça” e “racismo”**.

A metodologia deste estudo combina uma análise quali-quantitativa, com a aplicação de questionários direcionados a migrantes atuantes no setor de frigoríficos em Santa Catarina, especialmente na região de Chapecó. A escolha dos questionários se deve à necessidade de captar uma variedade de experiências e percepções em uma amostra ampla, onde a restrição de tempo e a disponibilidade limitada dos(as) participantes dificultam a realização de entrevistas longas. Assim, os questionários foram estruturados para examinar as condições de trabalho, percepções sobre discriminação racial e inclusão diferencial, e compreender como a lógica de exploração e exclusão racial se manifesta nas trajetórias de vida e trabalho dos(as) migrantes.

Este artigo está organizado em três seções principais – além desta introdução e das considerações finais – cada uma contribuindo para uma compreensão abrangente das interações entre migração Sul-Sul, capitalismo racial e as condições de trabalho no setor de frigoríficos em Santa Catarina. A primeira seção oferece uma discussão detalhada sobre o conceito de capitalismo racial e suas manifestações contemporâneas, destacando a forma como o racismo estrutural e a racialização das nacionalidades se entrelaçam com as dinâmicas migratórias e de trabalho. Em seguida, a segunda seção explora como a financeirização do agronegócio intensifica a precarização e a exploração da mão de obra migrante, marcada por condições desiguais e racializadas. Por fim, a última seção apresenta uma investigação empírica sobre as vivências e percepções de discriminação, inclusão diferencial e vulnerabilidade laboral, conectando essas experiências ao referencial teórico e oferecendo uma análise crítica. Assim, o artigo busca articular teoria e prática para elucidar como o capitalismo racial opera na estrutura produtiva do setor agroindustrial brasileiro. Assim, o artigo busca elucidar as formas como o capitalismo racial se manifesta na contemporaneidade, instrumentalizando a migração Sul-Sul para manter e aprofundar estruturas de poder desiguais, especialmente no setor agroindustrial brasileiro.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O racismo, como o entendemos hoje, originou-se na Europa, constituindo um dos pilares da formação europeia (Robinson, 2020[1983]; Quijano, 2002; 2020). A partir do século XV, foi exportado para os territórios colonizados, sendo consolidado nos séculos XVIII e XIX por discursos “científicos” e “filosóficos” (Rodríguez, 2018). Cedric Robinson (2020) argumenta que as origens sociais e culturais do racismo anteciparam e moldaram o capitalismo global, sendo uma força material e agência histórica essencial para sua

organização. Ele denomina essa interdependência entre racismo e capitalismo como "**capitalismo racial**".

É importante enfatizar que o conceito de "capitalismo racial" não indica uma vertente específica do capitalismo, como capital comercial, industrial ou financeiro (Jenkins; Leroy, 2021). Todo capitalismo é racial, pois o racismo atua como princípio organizador da acumulação de capital e da modernidade (Grosfoguel, 2018). Nesse sentido, "o capitalismo demanda a desigualdade e o racismo a consagra" (Gilmore, 2018, p. 77). A acumulação histórica de capital baseou-se em desigualdades raciais artificialmente construídas, nas quais as dinâmicas centrais do capitalismo – como acumulação e desapropriação, capitalista e trabalhador(a), produção e excedente, crédito e dívida, desenvolvido e subdesenvolvido, contrato e coerção – foram articuladas pela raça. A raça opera, portanto, como instrumento para naturalizar as desigualdades produzidas pelo capitalismo, legitimando a distribuição desigual de recursos, direitos e poder social (Jenkins; Leroy, 2021).

Segundo Robinson (2020), o capitalismo racial se fundamenta na tendência histórica de acentuar as diferenças, em vez de homogeneizá-las. A burguesia que impulsionou o desenvolvimento do capitalismo era composta por grupos étnicos e culturais específicos; os proletariados europeus e mercenários provinham de estados distintos; seus(as) camponeses de outras culturas; e seus(as) escravizados(as) de "mundos" inteiramente diferentes. A civilização europeia, ao consolidar-se por meio do capitalismo, não buscava, portanto, a homogeneização, mas sim a diferenciação seguida de hierarquização — exacerbando diferenças regionais, subculturais e dialetais em distinções "raciais" nas quais os europeus brancos seriam os superiores e os "Outros" os inferiores.

Nessa esteira, a análise do capitalismo moderno exige uma compreensão detalhada de como as categorias de raça e nacionalidade influenciam e moldam as estruturas econômicas e políticas contemporâneas. O conceito de "capitalismo racial", tal como explorado por teóricos como Cedric Robinson, ilumina as maneiras pelas quais o racismo se imbrica ao capitalismo desde seus primórdios, enraizando-se nas práticas de exclusão e exploração. Esse conceito revela uma característica essencial do capitalismo: a racialização como elemento estrutural e funcional para a acumulação de capital. O capitalismo não apenas incorpora, mas potencializa as distinções étnicas, culturais e raciais, criando divisões hierárquicas e consolidando desigualdades.

Assim, a interconexão entre racismo e nacionalismo emerge como um elemento essencial para a compreensão das dinâmicas do capitalismo. Robinson (2020[1983]) argumenta que o nacionalismo, concebido como um "temperamento adquirido" e uma "força histórica," atua como um vetor ideológico que orienta as burguesias nacionais, ao combinar sensibilidades raciais e interesses econômicos em um projeto unificado. Ampliando essa

análise, Encarnación Gutiérrez Rodríguez (2018) explora como, a partir do século XIX, a racialização se intensifica através do controle migratório, ancorado em políticas racializadas nas colônias e nos territórios ocupados. Desde então, tais políticas migratórias consolidam-se como mecanismos de criação de distinções raciais, estruturando uma hierarquia entre migrantes brancas(os) e não brancas(os) no Brasil e em outras regiões pós-coloniais.

As relações entre raça e nacionalidade são também abordadas por Karine de Souza Silva e Miguel Borba de Sá (2021), que cunham o termo "**racialização das nacionalidades**" para descrever como o Estado brasileiro, desde sua formação, associa marcadores raciais a características nacionais. A política migratória brasileira, que deveria servir para organizar o fluxo de pessoas de diferentes origens, é permeada por práticas de racialização que servem como mecanismos de controle, perpetuando preconceitos e excluindo aqueles(as) que não se encaixam na norma racializada branca.

Nessa linha, a **xenofobia racializada** — conceito desenvolvido por Deivison Mendes Faustino e Leila Maria de Oliveira (2021) — descreve a maneira pela qual o racismo estrutural influencia as políticas migratórias brasileiras. Para esses autores, a xenofobia racializada implica que o tratamento desigual dado às(aos) imigrantes é regido não apenas por fatores de origem, mas também pela cor da pele e pelo posicionamento nas hierarquias raciais. O racismo institucionalizado, que favorece a imigração europeia e reprime a presença de imigrantes não brancas(os), promove uma associação entre progresso e imigração branca e retrógrada para migrantes racializadas(os) como negras(os).

Essa lógica racializante é exemplificada na política de "branqueamento" do Brasil, idealizada no século XIX e que continuou a influenciar a política migratória do país até meados do século XX. Segundo Silva (2020), essa política, mascarada pelo mito da democracia racial, era uma tentativa de institucionalizar a presença branca no país como um meio de "elevar" culturalmente a população brasileira. A inclusão de imigrantes negras(os) e indígenas, portanto, foi sistematicamente reduzida, e esses grupos foram racialmente discriminados, afetando seu acesso a direitos e oportunidades.

No entanto, com a intensificação da globalização e da financeirização do capital, as fronteiras assumiram novas funções, deixando de ser apenas barreiras físicas que delimitam territórios nacionais e passando a atuar como mecanismos de controle e gestão das desigualdades. Sandro Mezzadra e Brett Neilson, em "*Border as Method, or, The Multiplication of Labor*" (Fronteira como Método, ou, A Multiplicação do Trabalho) (2017), argumentam que as fronteiras modernas constituem-se como dispositivos de **inclusão diferencial**, promovendo a estratificação e o controle dos fluxos migratórios com base em uma lógica de diferenciação racial e econômica. Os autores introduzem o conceito de "**fronteiras internas**", ou "desterritorializadas", que vão além dos limites territoriais dos Estados-nação e se

manifestam em processos administrativos e burocráticos que segmentam os direitos e a cidadania de migrantes.

As fronteiras, portanto, não mais operam exclusivamente em uma lógica de exclusão, mas configuram diferentes graus de inclusão, permitindo o ingresso e permanência de determinados grupos em condições precárias e desiguais. Essa segmentação gera várias camadas de inclusão, onde migrantes racializadas(os) como não brancas(os) ocupam as posições mais vulnerabilizadas, sendo muitas vezes sujeitadas(os) à exploração intensa e ao tratamento desigual. As fronteiras internas se manifestam em práticas que estratificam os acessos aos direitos e que impõem barreiras adicionais para que migrantes não brancas(os) consigam obter documentos ou regularizar sua situação no país, perpetuando um ciclo de precariedade e marginalização.

Outro aspecto chave do capitalismo racial é a multiplicação e a superexploração do trabalho. Mezzadra e Neilson (2017) exploram como o capital, em sua busca incessante por produtividade e lucro, promove três formas de **multiplicação do trabalho**: intensificação, diversificação e heterogeneização. A intensificação do trabalho resulta na colonização de mais aspectos da vida dos(as) trabalhadores(as), que enfrentam longas jornadas, flexibilidade extrema e baixa remuneração, com particular impacto sobre as trabalhadoras(es) imigrantes racializadas(os). A superexploração, conceito central de Ruy Mauro Marini (2017[1973]), define essa intensificação como uma forma de remuneração abaixo do valor real da força de trabalho, com trabalhadores(as) desprovidos(as) das condições mínimas para repor suas energias.

A diversificação do trabalho representa uma segmentação das atividades, em que o capital vai além da divisão tradicional do trabalho para criar novas formas de exploração. Essa diversificação é acompanhada pela fragmentação das posições de trabalho em *status* legais e condições contratuais desiguais, especialmente em relação às(aos) imigrantes. A burocracia associada à regularização migratória coloca os(as) migrantes em situações de vulnerabilidade, limitando seu acesso a condições estáveis de trabalho e facilitando práticas de exploração. Essas condições fragmentadas reproduzem diferentes regimes de trabalho, com graus variados de coerção e com baixa possibilidade de barganha coletiva.

Por fim, a heterogeneização dos regimes legais e sociais da organização do trabalho é promovida pela flexibilização das legislações trabalhistas e pela proliferação de contratos precários, o que enfraquece as forças sindicais e o poder de negociação coletiva. Trabalhadoras(es) imigrantes racializadas(os), com *status* de inclusão diferencial, tornam-se alvos fáceis para esses mecanismos de flexibilização, que resultam em precariedade e aumento das condições de vulnerabilidade.

A análise do capitalismo racial implica entender como a inclusão diferencial serve a uma lógica de controle e dominação que beneficia o capital. Esse processo de inclusão estratificada transforma o trabalhador imigrante racializado em uma figura flexível, desprovida de direitos plenos e sujeita à exploração. A financeirização do capital e a expansão das fronteiras internas, que segmentam os espaços de cidadania e criam diferentes graus de inclusão, promovem uma desigualdade estrutural que favorece a classe capitalista e aprofunda as divisões raciais.

De forma semelhante, a superexploração do trabalho e a multiplicação das atividades laborais impõem aos(às) imigrantes racializados(as) condições desumanas de trabalho, nas quais suas identidades étnicas e raciais são utilizadas para justificar salários baixos, jornadas extensas e a negação de direitos básicos. A "inclusão diferencial" reproduz, assim, um sistema em que esses(as) trabalhadores(as) são vistos(as) como mão de obra descartável, sem as proteções conferidas às(aos) cidadãs(ãos) de pleno direito. A fronteira, nesse contexto, torna-se um dispositivo de controle que permite ao capitalismo global e pós-colonial regular o fluxo de corpos racializados de acordo com as necessidades do mercado.

A análise da racialização das nacionalidades, da xenofobia racializada e da inclusão diferencial revela a profundidade com que o racismo está entranhado nas estruturas econômicas e políticas do capitalismo moderno. O conceito de capitalismo racial, ao sublinhar a conexão intrínseca entre raça e capital, nos permite compreender como o sistema capitalista utiliza a distinção racial como um instrumento de controle e dominação. Políticas migratórias racializadas, fronteiras internas e regimes de trabalho precários não são meros incidentes ou desvios no funcionamento do capitalismo; são, na verdade, componentes centrais que sustentam a acumulação de capital e a manutenção de estruturas de poder desiguais.

Assim, ao inserir as categorias de raça e racialização nas análises de migração, economia e trabalho, temos uma compreensão mais completa das dinâmicas que perpetuam a exploração e a desigualdade no sistema capitalista. Esses processos, de exclusão e inclusão diferencial, que operam tanto dentro quanto fora dos limites dos Estados-nação, refletem a lógica do capitalismo racial, na qual a opressão e a exploração dos corpos racializados são normalizadas para sustentar o funcionamento do sistema.

2 FINANCEIRIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A EXPLORAÇÃO DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) IMIGRANTES NA INDÚSTRIA DE FRIGORÍFICOS

O agronegócio depende fortemente da mão de obra migrante, muitas vezes submetida a condições precárias e marcada pela racialização. A financeirização intensifica essa precariedade, reforçando hierarquias raciais e colocando trabalhadoras(es) em posições vulnerabilizadas, com baixos salários e proteção limitada. Este processo, vinculado ao

capitalismo racial, instrumentaliza a migração Sul-Sul, assegurando uma oferta de mão de obra barata e sujeita à superexploração.

A financeirização do agronegócio brasileiro é parte de um processo de transformação promovido pelas políticas neoliberais das décadas de 1980 e 1990. Grandes corporações, como JBS, Marfrig e BRF, passaram a dominar o setor de frigoríficos, priorizando a lógica financeira em detrimento do abastecimento alimentar. Essa lógica intensificou a precarização da mão de obra, com práticas de terceirização, automação e intensificação do trabalho, colocando trabalhadoras(es) migrantes em posições de extrema vulnerabilidade, caracterizadas por jornadas longas e exaustivas, baixos salários e falta de segurança e proteção social (Bonacich; Alimahomed; Wilson, 2008).

Além de reestruturar o setor de frigoríficos, a financeirização promoveu especulação com terras e *commodities*, levando à concentração fundiária e ampliando a desigualdade socioeconômica. Empresas financeirizadas expandiram-se pela aquisição de terras e o controle das cadeias produtivas, marginalizando pequenos produtores e consolidando a concentração de capital. Essa lógica de maximização de lucros tem impactos ambientais devastadores, pois leva ao desmatamento, expansão de monoculturas e uso intensivo de agrotóxicos. A dependência do setor agrícola às flutuações do mercado global também reforça a vulnerabilidade de toda a cadeia, dificultando a implementação de políticas ambientais e sociais mais rigorosas (Ioris, 2015; Carrillo; Ipsen, 2021).

Dentro dessa estrutura financeirizada, o capitalismo racial torna-se uma ferramenta para segmentar e explorar a força de trabalho. A prática de racializar o trabalho nos frigoríficos brasileiros reflete um legado colonial que ainda hoje posiciona trabalhadoras(es) de minorias raciais em funções de baixa remuneração, condições precárias e falta de acesso a direitos. Trabalhadoras(es) migrantes, enfrentando barreiras linguísticas e exclusão social, ocupam essas posições, frequentemente evitadas por trabalhadoras(es) nativas(os). Esse sistema estrutural perpetua as desigualdades econômicas e dificulta a organização coletiva ao dividir o mercado de trabalho segundo critérios de raça e nacionalidade (Yearby et al., 2023; Fraser, 2016).

A exploração racializada é uma consequência de políticas que historicamente foram desenhadas para proteger certos grupos, marginalizando minorias. Em setores como o de frigoríficos, migrantes racializadas(os) se encontram em posições vulnerabilizadas com pouca proteção legal, enfrentando não só baixos salários, mas também condições de trabalho perigosas e falta de acesso a serviços básicos de saúde e segurança. Essas trabalhadoras(es) são vistas como descartáveis, reforçando um sistema onde a valorização do lucro se sobrepõe ao bem-estar dos indivíduos (Cook et al., 2017; Bonacich, 1972).

A migração laboral feminina, um fenômeno crescente na indústria de frigoríficos, adiciona uma camada de complexidade à exploração. Mulheres migrantes, muitas vezes racializadas, ocupam posições extremamente vulnerabilizadas dentro da cadeia produtiva. As condições de trabalho difíceis, caracterizadas por jornadas intensas e tarefas extenuantes, são agravadas pela discriminação de gênero, que permeia suas vidas laborais e limita suas oportunidades. Esse ambiente, que reforça hierarquias de gênero, classe e raça, coloca as mulheres migrantes em funções perigosas e mal remuneradas, exacerbando a precarização e desvalorização de seu trabalho (Cali, 2018; Heilman, 2001).

O modelo de negócios da indústria de frigoríficos maximiza lucros explorando essa mão de obra barata e substituível. A figura da mulher racializada como trabalhadora “dócil” é um estereótipo usado para justificar condições degradantes e salários baixos, o que naturaliza e reforça sua exploração. Essa dinâmica reflete uma lógica que desumaniza trabalhadoras, posicionando-as em posições de vulnerabilidade extrema, reforçando as estruturas de desigualdade que caracterizam a sociedade brasileira. Políticas públicas focadas na melhoria das condições de trabalho dessas mulheres devem promover uma abordagem que garanta segurança, justiça e acesso a direitos básicos e proteção social (Gray, 2014; Ferguson, 2013).

Em resposta a essas condições, surgem diversas formas de resistência por parte das trabalhadoras(es) migrantes, desde pequenas ações cotidianas até movimentos organizados. Mesmo diante das adversidades, ações individuais, como a desaceleração do ritmo de trabalho e o compartilhamento de informações sobre direitos trabalhistas, são manifestações de dignidade e busca por condições menos adversas. Embora fundamentais, essas resistências cotidianas refletem apenas uma fração do potencial de transformação que a mobilização coletiva pode alcançar (Tapia; Turner, 2013).

O mercado de trabalho fragmentado e as constantes ameaças de deportação limitam o potencial dessas resistências. No entanto, a colaboração com ONGs e iniciativas de apoio podem trazer melhorias significativas nas condições de trabalho. Essas resistências e alianças representam um desafio às normas estabelecidas do mercado neoliberal, trazendo esperança para a promoção de um movimento mais amplo por justiça social e transformação estrutural das condições de trabalho na indústria de frigoríficos (Thompson, 2020; Whyte, 2016).

Para que essas resistências resultem em mudanças duradouras, é fundamental que sejam acompanhadas por políticas públicas que protejam os direitos trabalhistas independentemente do *status* migratório e fortaleçam redes de solidariedade. Iniciativas em outros países, como a *Migrant Justice*, demonstram que solidariedade comunitária e apoio mútuo são estratégias eficazes na construção de uma base de resistência, permitindo que essas trabalhadoras(es) desafiem a exploração e lutem por melhores condições de vida. Essa

colaboração entre organizações e trabalhadoras(es) aponta para a necessidade de um compromisso coordenado e genuíno com a transformação das estruturas de poder que mantêm as desigualdades no setor de frigoríficos (Whyte, 2016).

A análise das interseções entre financeirização, capitalismo racial e a exploração de trabalhadoras(es) migrantes neste setor revela que a reestruturação do agronegócio brasileiro, moldada pela lógica da maximização de lucros, concentrou poder e precarizou as condições de trabalho. Nesse processo, grandes corporações priorizam a rentabilidade em detrimento do bem-estar das(os) trabalhadoras(es), intensificando desigualdades econômicas e raciais.

Com base no conceito de capitalismo racial, é possível observar como a exploração de trabalhadoras(es) migrantes racializadas(os) está inserida em uma estrutura que historicamente usa a raça para justificar práticas discriminatórias no setor de frigoríficos. A feminização da migração laboral adiciona uma camada de exploração interseccional, na qual mulheres racializadas são relegadas a posições de baixa remuneração e alta periculosidade, perpetuando hierarquias raciais e de gênero.

Apesar das condições adversas, as resistências das(os) trabalhadoras(es) migrantes revelam uma busca contínua por dignidade e justiça. Desde a organização sindical até as colaborações com ONGs, essas iniciativas representam esforços de transformação das condições de trabalho e das estruturas de poder que sustentam as desigualdades. No entanto, para que essas resistências tenham um impacto transformador, é fundamental que as políticas públicas abordem essas desigualdades estruturais de maneira mais eficaz e que promovam inclusão social, proporcionando um ambiente de trabalho mais justo e digno para todas(os) as(os) trabalhadoras(es) migrantes, independentemente de sua origem racial ou migratória.

3 ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) MIGRANTES EM FRIGORÍFICOS DE CHAPECÓ

Esta seção examina as vivências das(os) trabalhadoras(es) migrantes em frigoríficos da região de Chapecó e Xaxim, Santa Catarina, com ênfase nas condições de trabalho, discriminação e inclusão diferencial. A análise se baseia em dados empíricos coletados por meio de questionários e conecta essas experiências às teorias de capitalismo racial e migração Sul-Sul discutidas anteriormente. A investigação procurou ilustrar como o capitalismo racial financeirizado molda as condições laborais no setor agroindustrial brasileiro, destacando a superexploração de migrantes racializadas(os).

3.1 Metodologia

A metodologia utilizada para esta análise visou captar nuances das experiências subjetivas de trabalhadoras(es) migrantes e os padrões de desigualdade no ambiente de trabalho. Foi desenvolvido um questionário estruturado, aplicado tanto presencialmente quanto online, que abordou três dimensões principais: características demográficas, discriminação racial e étnica, e discriminação de gênero. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme o CAAE número 76301223.8.0000.0121 e parecer número 6.669.209.

O questionário foi dividido em três seções: uma adaptação da Escala de Precariedade do Emprego (EPRES) (Vives et al., 2010; Vives et al., 2015; Pauli et.al, 2021) coletou dados demográficos e condições de trabalho; uma versão modificada da Escala de Experiências Discriminatórias dos Negros (EEDN) (Utsey; Ponterotto, 1996; Bezerra, 2014) abordou discriminação racial e étnica; e uma seção adicional explorou discriminação de gênero. Foram aplicadas análises estatísticas descritivas para examinar as respostas, com foco na distribuição de experiências de discriminação e exclusão segundo raça, gênero e nacionalidade.

Para garantir uma amostragem abrangente e representativa, a coleta de dados foi realizada por meio de dois métodos complementares: online e presencial. As entrevistas presenciais ocorreram nas proximidades dos frigoríficos[3], situados em Chapecó e Xaxim, e também em igrejas, após cultos, com a aplicação dos questionários por líderes religiosos. A coleta online foi conduzida por meio da plataforma *Google Forms*, possibilitando o alcance de trabalhadoras(es) que, por quaisquer razões, não puderam participar presencialmente. Dessa forma, a coleta de dados ocorreu em três períodos específicos, dois presenciais e um online: de 21 a 26 de março de 2024 e de 26 a 29 de maio de 2024, enquanto a coleta online se estendeu de 20 de março a 1 de julho de 2024. Essa combinação de métodos visou capturar uma amostra robusta e diversa, refletindo as variadas experiências das(os) trabalhadoras(es) migrantes no setor frigorífico. No entanto, foi privelegiado a coleta presencial, pois isso garantiu uma explicação mais detalhada da pesquisa com as pessoas entrevistadas, bem como facilitou a captura de nuances e comentários que em grande parte complementaram as respostas.

3.2 Características Demográficas das(os) Trabalhadoras(es) Migrantes

[3] Como medida de proteção das pessoas que responderam ao questionário, bem como do pesquisador, o nome dos frígorificos e unidades específicas não serão revelados no texto.

A maioria das(os) migrantes que responderam ao questionário é oriunda da Venezuela e do Haiti, refletindo crises políticas e econômicas que impulsionaram migrações recentes. No setor frigorífico, esses grupos enfrentam barreiras linguísticas, culturais e discriminação racial e étnica, que limitam seu acesso a direitos laborais e relegam-nos a posições menos valorizadas.

Tabela 1: Distribuição por nacionalidades

Nacionalidade	Número Absoluto	Porcentagem (%)
Venezuelana	47	57,32
Haitiana	31	37,8
Gambia	1	1,22
Cubana	1	1,22
Senegalesa	1	1,22
Egpicia	1	1,22

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Em termos de autodeclaração racial, 41,46% dos participantes identificaram-se como pretas(os) e 30,49% como pardas(os), refletindo uma diversidade racial que interage com o contexto social brasileiro e suas desigualdades estruturais. A autodeclaração racial é aqui entendida não apenas como identidade pessoal, mas como resposta à dinâmica de exclusão e adaptação ao mercado de trabalho.

Tabela 2: Raça/cor (Autodeclaração)

Raça/cor (autodeclarado)	Número Absoluto	Porcentagem (%)
Preto	34	41,46
Pardo	25	30,49
Branco	10	12,2
Prefiro não declarar	9	10,98
Indigena	3	3,66
Amarelo	1	1,22

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A autodeclaração em termos de raça é uma estratégia que reflete como essas(es) trabalhadoras(es) navegam pelo mercado de trabalho brasileiro, que é notoriamente marcado por profundas desigualdades raciais. Essas dinâmicas são particularmente relevantes em setores como a indústria frigorífica, onde as políticas de contratação podem ser influenciadas por percepções raciais e étnicas. O contexto sociocultural brasileiro, juntamente com as experiências de discriminação que essas(es) trabalhadoras(es) enfrentam, influencia não apenas a forma como se percebem, mas também como são percebidas(os) dentro das hierarquias sociais locais.

A análise da variável de gênero entre as(os) participantes do questionário destaca as profundas diferenças nas experiências de mulheres e homens migrantes, especialmente no

contexto dos frigoríficos em Chapecó e Xaxim. A distribuição por gênero revela uma predominância significativa de trabalhadores do sexo masculino entre as(os) imigrantes, com 67,1% das respostas (55 pessoas).

Tabela 3 - Gênero (autodeclarado)

Gênero (autodeclaração)	Número Absoluto	Porcentagem (%)
Masculino	55	67,07
Feminino	24	29,26
Prefiro não dizer	3	3,65

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Essa predominância masculina pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a divisão sexual do trabalho, tanto nos países de origem quanto no Brasil, e as normas culturais que perpetuam a segregação ocupacional por gênero (Lemos; Roncato, 2023). Como discutido nas seções anteriores, essas dinâmicas são reforçadas pela estrutura do capitalismo racial, que segmenta o trabalho de acordo com linhas de gênero e raça, mantendo as mulheres, especialmente as racializadas, em posições subalternas e de baixa remuneração.

3.3 Percepções de Discriminação e Inclusão

A análise das percepções de discriminação e inclusão entre as(os) trabalhadoras(es) migrantes em frigoríficos de Chapecó destaca desigualdades significativas, especialmente na questão salarial e nas barreiras ao avanço profissional. A disparidade salarial é um elemento crítico: quase 40% das(os) respondentes relatam acreditar que há diferenças de remuneração em comparação com colegas brasileiras(os) ou imigrantes brancas(os) que ocupam funções semelhantes. Essa desigualdade vai além do valor monetário, pois reflete a percepção de valor atribuída ao trabalho das(os) migrantes, frequentemente relegadas(os) a posições menos prestigiadas, ainda que possuam qualificações equivalentes. Essas barreiras mostram uma segmentação racial e social que beneficia certos grupos enquanto marginaliza migrantes, limitando seu poder e autonomia. Assim, o conceito de “inclusão diferencial” é evidenciado pela participação dessas(es) trabalhadoras(es) no mercado de trabalho, mas em condições que restringem seu desenvolvimento e perpetuam a subordinação.

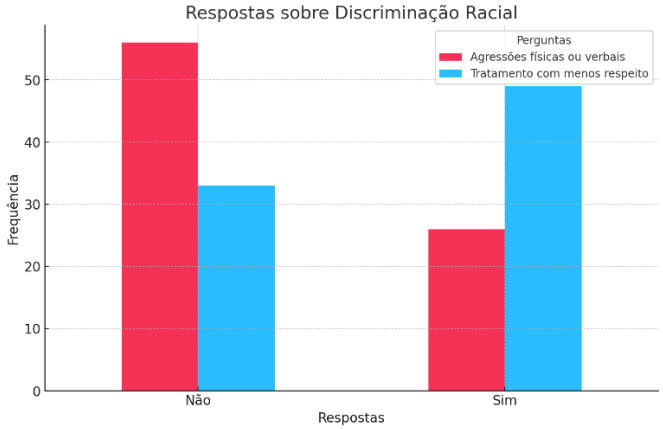
A insegurança no emprego é uma constante entre as(os) migrantes: mais de 70% relataram temor de serem demitidas(os) caso não cumpram todas as exigências de seus superiores, uma evidência da vulnerabilidade laboral. Esse receio, aliado à falta de oportunidades de progressão, cria um ambiente onde as(os) migrantes aceitam condições de trabalho adversas sem margem para reivindicar seus direitos. A percepção de tratamento autoritário, relatada por 62% das(os) respondentes, aponta para uma estrutura de poder hierárquica e rígida nos frigoríficos, onde o controle sobre trabalhadoras(es) migrantes é mais

intenso, reforçando uma atmosfera de submissão e limitando a contestação de práticas discriminatórias. Esse ambiente de insegurança e autoritarismo sugere que a gestão utiliza o medo como forma de controle, favorecendo a manutenção de uma força de trabalho que não se sente apta a desafiar as condições impostas.

O sentimento de impotência é uma questão recorrente. Mais da metade das(os) migrantes afirma que não se sente capaz de contestar tratamentos injustos, o que reflete o isolamento desses grupos dos processos decisórios e das políticas institucionais de equidade. As barreiras estruturais vão além da discriminação individual e estão enraizadas nas políticas organizacionais que marginalizam essas(es) trabalhadoras(es). A ausência de canais seguros para denúncia ou contestação limita ainda mais a capacidade de resistência, criando um ciclo de silêncio e conformidade que reforça as hierarquias no ambiente de trabalho. Isso evidencia a ausência de suporte para trabalhadoras(es) migrantes, tratadas(os) como recursos descartáveis sem as mesmas proteções concedidas a colegas não-migrantes ou racializadas(os).

Essas percepções de discriminação e exclusão ressaltam o papel central da racialização no tratamento de migrantes (ver Figura 1), que frequentemente enfrentam condições laborais inferiores em comparação a colegas brancas(os). A hierarquização com base na cor da pele ou na nacionalidade intensifica a exclusão e vulnerabilidade dessas(es) trabalhadoras(es), especialmente na promoção e ascensão, onde competência e tempo de trabalho não bastam para superar barreiras raciais e étnicas. A estrutura organizacional, enraizada em práticas de exclusão, revela o impacto do capitalismo racial, que utiliza essas desigualdades para sustentar um sistema de trabalho que beneficia poucos à custa da precarização de muitos.

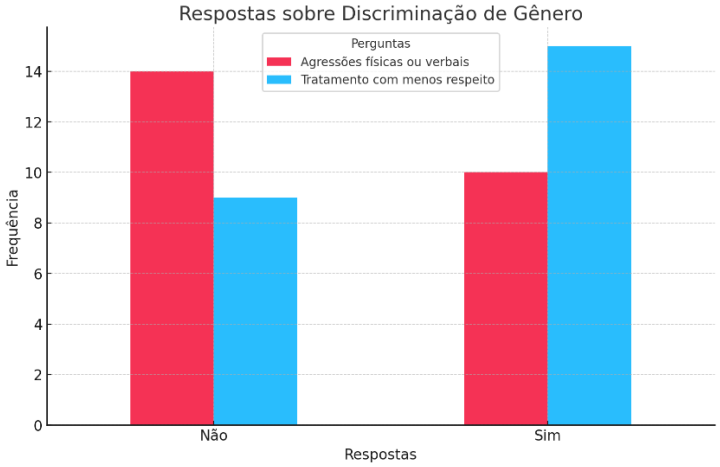
Figura 1: Respostas sobre Discriminação Racial



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A discriminação de gênero, por sua vez, afeta particularmente as mulheres migrantes. Cerca de 41,67% das respondentes relataram agressões físicas ou verbais ligadas ao gênero, demonstrando que essas mulheres enfrentam discriminações adicionais às de raça/cor (ver Figura 2). A divisão sexual do trabalho reforça estereótipos de gênero, restringindo as mulheres a funções de menor visibilidade ou posições consideradas inadequadas para homens, o que reduz suas chances de mobilidade. Mulheres negras, em particular, enfrentam sobreposições de discriminações: 60% afirmam ser tratadas com menos respeito em comparação a homens de mesma nacionalidade e raça. Esse tratamento afeta diretamente a motivação e o bem-estar das trabalhadoras negras, demonstrando que o ambiente de trabalho opera por meio de múltiplas camadas de opressão que se reforçam mutuamente.

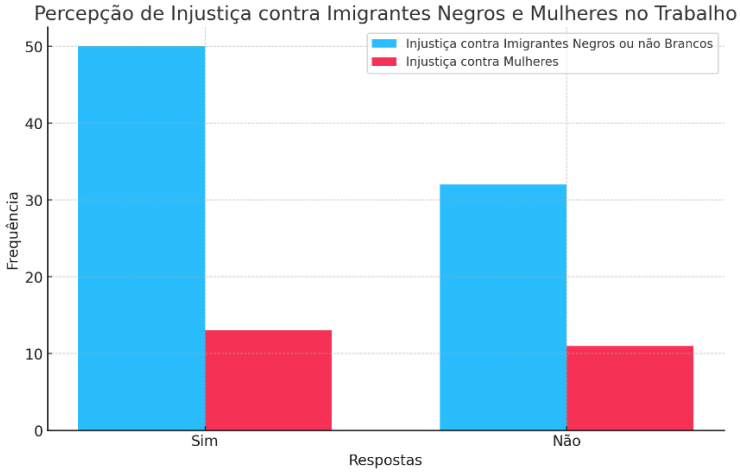
Figura 2: Respostas sobre Discriminação de Gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A exclusão estrutural na ascensão profissional é evidente: a raça, nacionalidade e gênero das(os) migrantes influenciam a possibilidade de alcançar cargos prestigiados e bem remunerados. Esse padrão de inclusão diferencial mantém migrantes em posições de menor prestígio e sujeitas a maior vigilância, perpetuando hierarquias racial e socialmente construídas. Em termos de oportunidades, 60,98% das(os) migrantes observam que pessoas racializadas enfrentam tratamento desigual no trabalho, indicando que, mesmo quando qualificadas(os), são preteridas(os) em favor de colegas brancas(os) (ver Figura 3). Mulheres migrantes, por sua vez, relatam que 54,17% foram tratadas de maneira injusta em relação a colegas homens, revelando a prevalência de uma segregação de gênero que restringe suas possibilidades de ascensão.

Figura 3: Percepção sobre Injustiça por raça e gênero

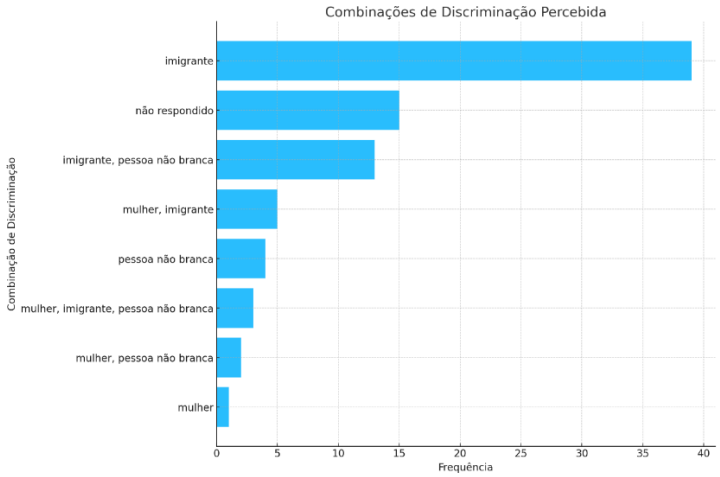


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Essas evidências sugerem que o ambiente de trabalho nos frigoríficos em Chapecó, podem utilizar, em diversos casos, raça, gênero e nacionalidade para manter grupos específicos em posições de subordinação, limitando a ascensão e reforçando a inclusão diferencial. O capitalismo racial aproveita-se da vulnerabilidade da mão de obra migrante para maximizar a exploração e reduzir custos, criando um ciclo de precariedade que afeta diretamente a vida dessas(es) trabalhadoras(es). A inclusão de gênero, raça e nacionalidade demonstra que a integração desses grupos é condicionada por barreiras que limitam seu potencial e os relegam a posições de menor valor e segurança.

Conforme a Figura 4, abaixo, os dados analisados sobre a discriminação percebida por trabalhadoras(es) imigrantes no Brasil revelam padrões significativos e complexos de discriminação que refletem as interseções entre raça, gênero e *status* de imigrante. Com base nas respostas, a maioria das(os) participantes (39 de 82, representando 47,56%) acredita que são frequentemente alvos de discriminação por serem imigrantes, indicando uma percepção predominante de estigmatização associada ao seu *status* migratório. Esta percepção é ainda exacerbada para aqueles que se identificam como pessoas não brancas, sendo a combinação de “imigrante” e “pessoa não branca” a segunda mais relatada, com 13 respostas (15,85%). Estes resultados sugerem que os imigrantes não brancas(os) enfrentam desafios duplos de discriminação, tanto pela sua origem quanto pela sua raça, implicando em um ambiente de trabalho que pode ser hostil e desigual para esses grupos.

Figura 4: Combinações de discriminação percebida



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A interseccionalidade das identidades também se manifesta em outras combinações notáveis, como “mulher e imigrante” (5 respostas, 6,10%) e “mulher e pessoa não branca” (2 respostas, 2,44%). Esses dados evidenciam como a discriminação de gênero se entrelaça com outros fatores, ampliando a marginalização. Mulheres imigrantes, em particular, parecem enfrentar um ambiente de trabalho onde suas múltiplas identidades contribuem para uma percepção de discriminação mais intensa e multifacetada. Além disso, a presença de uma categoria como “mulher, imigrante e pessoa não branca” (3 respostas, 3,66%) sublinha a complexidade das interações sociais no ambiente de trabalho, onde essas mulheres não apenas são vistas como diferentes, mas também como menos capazes, uma percepção que pode influenciar negativamente suas oportunidades de emprego e crescimento profissional.

A análise destes dados é crucial para compreender a profundidade e a extensão da discriminação percebida em ambientes de trabalho brasileiros. O predomínio de respostas indicando discriminação por *status* de imigrante, muitas vezes agravada por raça e gênero, aponta para a necessidade de políticas inclusivas que reconheçam e combatam essas camadas de discriminação. O reconhecimento da interseccionalidade como um fator-chave é essencial para formular intervenções eficazes, que não só promovam a igualdade de oportunidades, mas também criem um ambiente de trabalho acolhedor e respeitoso para todos os indivíduos, independentemente de sua origem, raça ou gênero. Estes achados não apenas contribuem para o campo de estudos sobre discriminação no trabalho, mas também fornecem uma base sólida para a defesa de mudanças nas práticas de contratação e tratamento de trabalhadoras(es) imigrantes no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou realizar uma análise crítica das dinâmicas contemporâneas da migração Sul-Sul e do capitalismo racial, com foco nas particularidades do agronegócio

brasileiro, especificamente no setor de frigoríficos. A pesquisa demonstrou que o capitalismo racial, longe de ser uma estrutura meramente econômica, é um mecanismo que organiza e instrumentaliza a migração para reforçar desigualdades de poder. Nesse contexto, as condições de trabalho no setor de frigoríficos são racializadas, perpetuando a precarização das(os) trabalhadoras(es) migrantes e as(os) mantendo em posições de baixa remuneração e alta vulnerabilidade.

Ao longo do estudo, fica claro que a inclusão diferencial de migrantes racializadas(os) não é acidental, mas uma estratégia deliberada do capitalismo racial para maximizar a exploração e a acumulação de capital. Essas(es) trabalhadoras(es) são sistematicamente alocadas(os) nas funções mais desprotegidas e desgastantes, com pouca ou nenhuma segurança social, e em jornadas de trabalho extenuantes, especialmente em setores financeirizados. Essa lógica de inclusão subordinada assegura a manutenção das desigualdades, uma vez que reforça hierarquias de poder racializadas e promove a exclusão econômica desses grupos.

A pesquisa sublinha a necessidade urgente de intervenções institucionais e políticas públicas para reverter esse quadro de exploração. São sugeridas ações como o fortalecimento das leis trabalhistas, a intensificação de inspeções laborais, a criação de mecanismos de denúncia e proteção para trabalhadoras(es) migrantes e o incentivo a práticas de contratação que respeitem a diversidade e os direitos humanos. Além disso, recomenda-se fomentar a sindicalização e criar um ambiente que permita a construção de uma cultura organizacional inclusiva e comprometida com a justiça social.

Destaca-se, ainda, a importância da resistência cotidiana exercida pelas(os) trabalhadoras(es) migrantes, tanto através de mobilizações formais quanto por meio de estratégias informais de solidariedade e sobrevivência. Essas formas de resistência, embora sutis, são fundamentais para a preservação da dignidade e para a reivindicação de direitos em um contexto de trabalho marcado pela exploração e pelo racismo estrutural. A luta por condições de trabalho justas e dignas revela-se, assim, um imperativo ético e político que requer o engajamento de toda a sociedade civil, dos movimentos sociais e da academia.

Em conclusão, o artigo reafirma que enfrentar o capitalismo racial e combater a superexploração da mão de obra migrante devem ser prioridades em uma agenda ampliada de justiça social e equidade. Para promover mudanças reais e construir um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo, é imprescindível adotar políticas que transcendam as fronteiras nacionais e que estejam fundamentadas em princípios de justiça e respeito aos direitos humanos para todas(os) as(os) trabalhadoras(es) no Brasil.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Claudia. M. O. Tradução, adaptação para língua portuguesa e validação da Escala de Experiências Discriminatórias dos Negros-EEDN (**Dissertação de Mestrado**). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

BONACICH, Edna. A Theory of Ethnic Antagonism: The Split Labor Market. **American Sociological Review**, [*s. l.*], v. 37, n. 5, p. 547, 1972.

BONACICH, Edna; ALIMAHOMED, Sabrina; WILSON, Jake B. The Racialization of Global Labor. **American Behavioral Scientist**, v. 52, n. 3, p. 342-355, 2008.

CALI, Maria. **Women who butcher: gender bias, knowledge politics, and solidarity in meat processing systems**. 2018. TCC. Vassar College, 2018.

CARRILLO, Ian R.; IPSEN, Annabel. Worksites as Sacrifice Zones: Structural Precarity and COVID-19 in U.S. Meatpacking. **Sociological Perspectives**, [*s. l.*], v. 64, n. 5, p. 726–746, 2021.

COOK, Christina; SOMERVILLE, Peter; FOSTER, Janet. Health and Safety in the Meatpacking Industry: A Case Study of Migrant Workers. **Health and Safety Executive Research Report**. Sheffield: HSE Books, 2017.

DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in America**, 1860-1880. New York, NY: Free Press, 1998.

FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Leila Maria de. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [*s. l.*], v. 29, n. 63, p. 193–210, 2021.

FERGUSON, Lucy. Gender, Work, and the Sexual Division of Labor. *In*: WAYLEN, Georgina *et al*. (org.). **The Oxford Handbook of Gender and Politics**. [*S. l.*]: Oxford University Press, 2013. p. 337–362.

FRASER, Nancy. Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson. **Critical Historical Studies**, v. 3, n. 1, p. 163-178, 2016.

GILMORE, Ruth Wilson. Geografía de la abolición y el problema de la inocencia. **Tabula Rasa**, [S.L.], n. 28, p. 57-77, 1 jan. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca.

GRAY, LaGuana. **We Just Keep Running the Line: Black Southern Women and the Poultry Processing Industry**. Baton Rouge: LSU Press, 2014.

GROSFOGUEL, Ramon. ¿Negros marxistas o marxismos negros?: una mirada descolonial. **Tabula Rasa**, [S.L.], n. 28, p. 11-22, 1 jan. 2018.

HEILMAN, Madeline E. Description and Prescription: How Gender Stereotypes Prevent Women's Ascent Up the Organizational Ladder. **Journal of Social Issues**, [*s. l.*], v. 57, n. 4, p. 657–674, 2001.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. The Politics of Agribusiness and the Business of Sustainability. **Sustainability**, v. 7, n. 4, p. 4923-4946, 2015.

JENKINS, Dustin; LEROY, Justin (org.). **Histories of racial capitalism**. New York: Columbia University Press, 2021.

LEMOS, Patrícia Rocha; RONCATO, Mariana Shinohara. Gênero, raça e migrações internacionais: um debate marxista. **Germinal Marxismo e Educação em Debate**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 225–239, 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **Border as method, or, the multiplication of labor**. Durham: Duke University Press, 2013.

PAULI, Jandir *et al.* Relationship between precarious work and racism for migrants in Brazil. **Cadernos EBAPE.BR**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 234–251, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, Eurocentrism and Latin Amarica. **Neplanta: Views from South**, 1 (3), 533-580, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Lima: CLACSO, 2020.

ROBINSON, Cedric J. **Black marxism: the making of the Black radical tradition**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020.

RODRÍGUEZ, Encarnación Gutiérrez. The Coloniality of Migration and the "Refugee Crisis": on the asylum-migration nexus, the transatlantic white european settler colonialism-migration and racial capitalism. **Refuge**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 16-28, 18 jun. 2018.

SILVA, Karine de Souza. "A mão que afaga é a mesma que apedreja": Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. **Revista Mbote**, Salvador, Bahia, v. 1, n.1, p.020-041. jan./jun., 2020.

SILVA, Karine de Souza; BORBA DE SÁ, Miguel . Do Haitianismo à nova Lei de Migração - Del Haitianismo a la nueva Ley de Migración: Direito, Raça e Política Migratória brasileira em perspectiva histórica. **Revista nuestrAmérica**, [*s. l.*], v. 9, n. 17, p. 1–23, 2021.

TAPIA, Maite; TURNER, Lowell. Union Campaigns as Countermovements: Mobilizing Immigrant Workers in France and the United Kingdom. **British Journal of Industrial Relations**, [*s. l.*], v. 51, n. 3, p. 601–622, 2013.

THOMPSON, Diego. Building and transforming collective agency and collective identity to address Latinx farmworkers' needs and challenges in rural Vermont. **Agriculture and Human Values**, [*s. l.*], 2020.

UTSEY, Shawn O.; PONTEROTTO, Joseph G. Development and validation of the Index of Race-Related Stress (IRRS). **Journal of Counseling Psychology**, [S.L.], n. 43, v. 4, p. 490-501, 1996.

VIVES, A.; AMABLE, M.; FERRER, M.; MONCADA, S.; LLORENS, C.; MUNTANER, C.; ... BENACH, J. The Employment Precariousness Scale (EPRES): psychometric properties of a new tool for epidemiological studies among waged and salaried workers. **Occupational and environmental medicine**, [S.L.] n. 67, v. 8, p. 548-555, 2010.

VIVES, A.; GONZÁLEZ, F.; MONCADA, S.; LLORENS, C.; BENACH, J. Measuring precarious employment in times of crisis: the revised Employment Precariousness Scale (EPRES) in Spain. **Gaceta Sanitaria**, [S.L.], n. 29, v. 5, p. 379-382, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Ideological Tensions of Capitalism: universalism versus racism and sexism. In: BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, Nation, Class**: ambiguous identities. London/New York: Verso, 1991. p. 29-36.

WHYTE, Kyle Powys. Food justice and collective food relations. In: BARNHILL, Anne; BUDOLFSON, Mark; DOGGETT, Tyler (ed.). **Food, ethics, and society**: an introductory text with readings. New York: Oxford University Press, 2016. p. 122-134.

YEARBY, Ruqaiijah; LEWIS, Chandra; GIBSON, Crystal. Incorporating structural racism, employment discrimination, and economic inequities in the social determinants of health framework to understand agricultural worker health inequities. **American Journal of Public Health**, v. 113, n. S1, p. S65-S71, 2023.